



## O ESTADO NA PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA

*Hugo Santana Casteletto<sup>1</sup>, Orlando Donini Filho<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo trata da relação existente entre a falta de acesso a serviços básicos fornecidos pelo Estado e a produção da violência no espaço urbano. O objetivo do estudo é avaliar o impacto da falta de presença do Estado em determinadas localidades de Maringá – PR no aumento da criminalidade. Para isso, foram utilizados dados fornecidos pelo 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá a respeito dos crimes cometidos na cidade, além de um mapeamento da condição de acesso da população aos serviços básicos fornecidos pelo Estado através do Censo 2010 do IBGE. A partir de um mapa base fornecido pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, onde continha a cidade de Maringá dividida em Áreas de Ponderação (APOND), foi possível produzir uma coleção de mapas socioeconômicos e criminais. Verificou-se que no geral os crimes são bem distribuídos em Maringá, ou seja, em sua maioria Crimes Contra o Patrimônio (furtos e roubos) ocorrem mais precisamente nas áreas mais abastadas da cidade; enquanto Crimes Contra a Pessoa (lesão corporal e homicídios) tendem a ocorrer mais na periferia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado; Criminalidade; Violência.

### 1 INTRODUÇÃO

Na atual fase do capitalismo, existem recentes modificações na estrutura econômica urbana e o robustecimento dos espaços urbano-metropolitanos. Essas modificações na estrutura econômica têm induzido a novas formas de intervenção por parte do Estado. Essas intervenções podem ser a gestão “teoricamente” participativa, ou pela redefinição de integração desses espaços na economia global. É sabido, que determinadas intervenções por parte do Estado (e até a falta de intervenção) podem gerar problemas sociais e urbanos, devido existência de conflitos de interesses que sempre fizeram parte da organização social em que vivemos.

Segundo Oliveira (2009), o enfrentamento de problemas urbanos e sociais (como a violência, por exemplo) por parte do Estado, é orientado por dois tipos de estratégias: a primeira é a produção de condições para a retomada de investimentos produtivos nas cidades, como forma de gerar dinamismo econômico, na perspectiva de geração de emprego e renda; a segunda seria a produção de políticas que garantam a coesão social, por meio de aplicação dos instrumentos democráticos de gestão da cidade e do território. A primeira estratégia de intervenção do Estado se apresenta por meio de políticas públicas que operem no sentido de produzir condições de atração do capital, através da oferta de emprego e salário justo. A segunda estratégia se mostra através de Planos Diretores, Audiências Públicas, entre outras estratégias do Estado que incorpore a população às decisões de determinados governos.

Porém o que é curioso é que em maioria, as políticas públicas do Estado, são políticas que acabam servindo ao capital corporativo que impõe ao Estado o uso dos fundos públicos, para ampliação da produção. Essas políticas que servem ao capital corporativo, segundo Lencioni (2007) ocorrem por meio da produção de infraestrutura e equipamentos relacionados ao consumo coletivo. Assim, o capital corporativo transfere ao Estado a responsabilidade de qualificação do território para o investimento produtivo, indo desde a infraestrutura às condições gerais de reprodução da força de trabalho.

Esta discussão em que o Estado atua em prol do capital corporativo, nos leva as novas estratégias de organização social, alterando a forma como o Estado e os sujeitos sociais não vinculados às classes hegemônicas atuam no movimento geral de produção do espaço, sendo que determinadas políticas públicas neste caso sempre são capturadas para favorecer, de uma forma ou de outra, ao interesse do capital.

Para Oliveira (2009) nos lembra que as políticas públicas atuais do Estado, são menos destinadas a Integração social e mais destinadas a regulamentação e controle, devido ao fato das novas estratégias de organização do capital em seu movimento constante de acumulação ampliada denominada por Harvey (1989) de acumulação flexível, alterarem profundamente as formas como o Estado e o sujeitos sociais atuam na produção do espaço.

<sup>1</sup> Professor do Curso de Licenciatura em Geografia pela Unicesumar, Maringá. Mestre em Geografia na área de Geografia Urbana, onde foi abordado o tema de violência. Base das pesquisas financiadas pela CNPq, em nível de mestrado. hugo\_casteletto@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor de Topografia da Faculdade Ingá, Maringá – PR. Graduado em Geografia e Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos – Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR. orlandodonini@gmail.com



Neste contexto, segundo o próprio autor, modifica-se o papel do Estado, pois não interessa mais a classe hegemônica admitir a manutenção de sua capacidade de regulamentação econômica, pressionando o Estado para deixar que os mesmos promovam todo o tipo de política pública.

Segundo Oliveira (2009) as consequências disso nas relações de trabalho são: desemprego, desvinculação da produtividade na produção de ganhos salariais, precarização das formas de contratação do trabalho, informalidade, terceirização, entre outro, que nas palavras de Benko (1996) seria uma ampliação da exploração da força de trabalho. As consequências dessa ausência do Estado no que se refere à regulação, regulamentação e promoção de políticas públicas, na produção do espaço urbano, é a apropriação dessas estratégias por parte dos agentes mais vorazes, como o capital imobiliário. O resultado disso é a cidade como espaço exclusivo do capital, e a instituição de um novo dinamismo em termos de novas tendências de urbanização, o que de certa forma acaba por amplificar as diferenças sociais e consequentemente a violência, que nada mais é que fruto do sistema econômico em que vivemos.

Portanto, é possível ver claramente o papel do Estado na produção, por exemplo, da violência, através da formação do que Rolnik (2009) chamou de “exclusão territorial”. A partir da precarização das periferias, o Estado acaba se dando o papel de um dos agentes formadores de violência, através da precarização do acesso a infraestrutura básica para determinadas localidades do espaço urbano que não são de interesse do capital corporativo, reforçando assim as diferenças sociais existentes.

## 2 MATERIAIS E METODOS

A proposta do estudo realizado é de elucidar a hipótese de que a falta da presença do Estado em determinados territórios do espaço urbano (falta de infraestrutura, segurança e educação) pode ser um dos elementos que alavancam os índices de criminalidade nas cidades, como outros autores já apontam em seus estudos, tais como Rolnik (2009), Melara (2007), Casteletto (2012), Souza (2008), entre muitos outros autores.

Para podermos comprovar tal hipótese, fizemos uso dos levantamentos bibliográficos que tratam do tema, fazendo uso principalmente do estudo realizado por Rolnik (2009) a respeito da “Exclusão Territorial” nos municípios do Estado de São Paulo, onde a autora procura relacionar mapas que apontam indicadores criminais, com mapas que apontam territórios que pouco receberam a atenção do Estado com relação aos direitos básicos do cidadão. Ela comprova em seu estudo que grande parte dos territórios que possuem altos índices de criminalidade, também são os territórios cuja presença do Estado é falha.

No intuito de reproduzir minimamente essa questão, fizemos uso dos levantamentos realizados no município de Maringá-PR que está localizada entre as coordenadas 23°15'08" e 23°33'26,8" Sul e 51°50'22" e 52°05'39" Oeste, o principal acesso é pela BR 376. O município possui aproximadamente 326.000 habitantes com uma área de 490 km<sup>2</sup> (Figura 1).

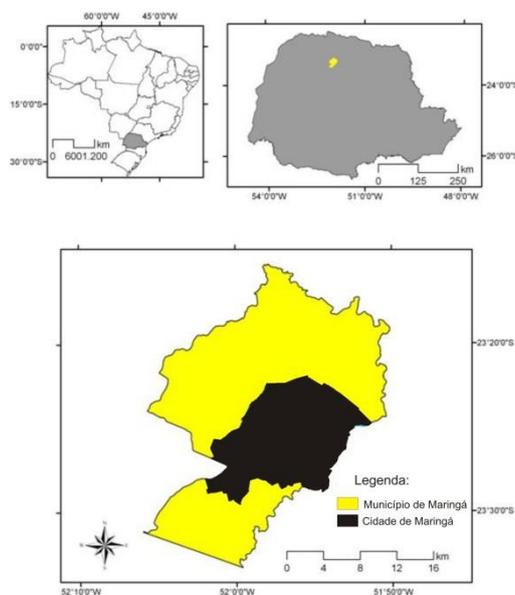


Figura 1- Mapa de localização do município e cidade de Maringá.

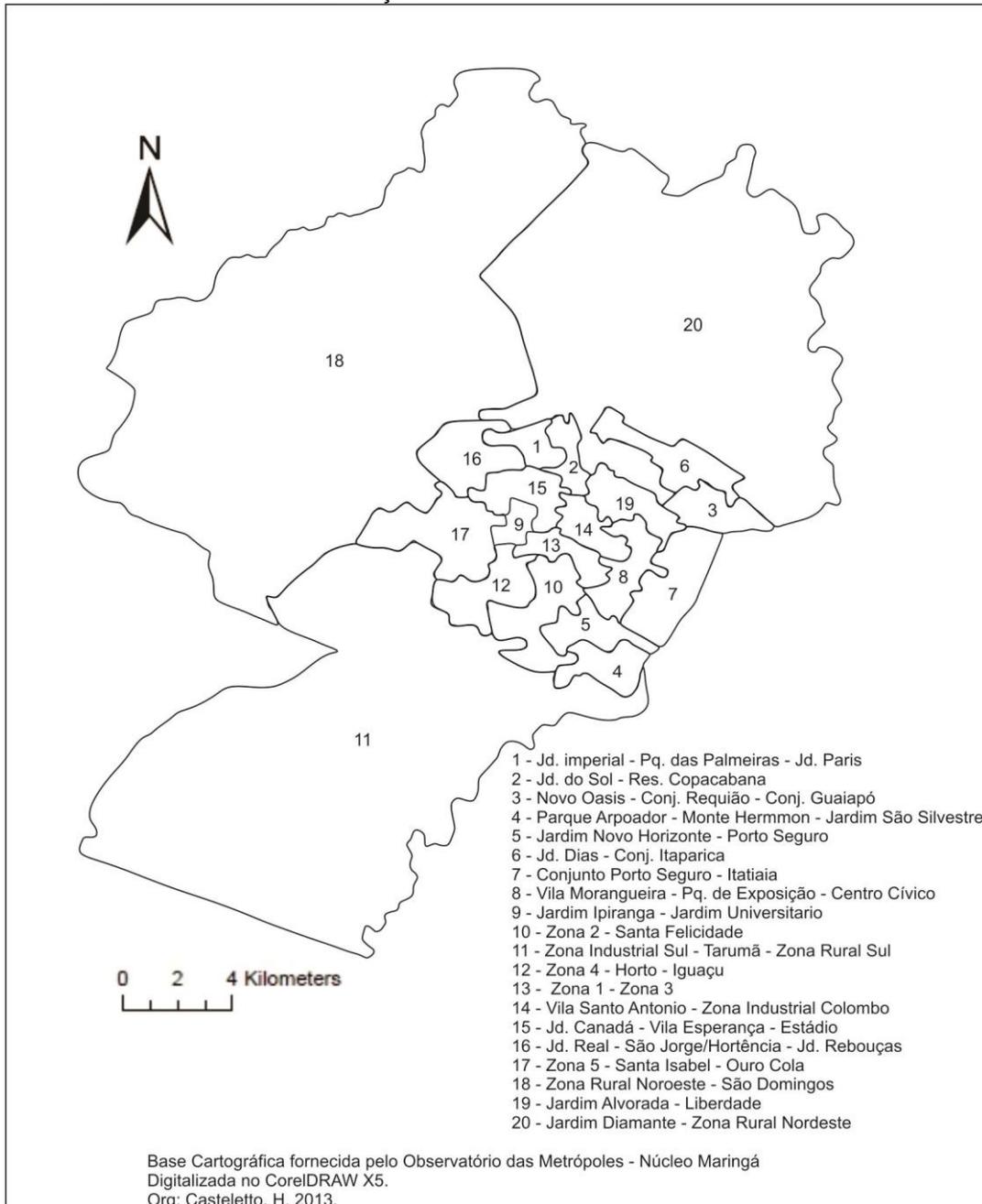
Fonte: IBGE, 2010.

No caso deste estudo, foi realizado um levantamento dos indicadores sociais e de infraestrutura do município de Maringá a partir da divulgação do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE. A partir desses dados, fizemos uso da base cartográfica fornecida pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, que



distribuiu o território de Maringá em Áreas de Ponderação (APOND)<sup>3</sup> (Figura 2). Com os dados do IBGE fornecidos por APOND e com a Base Cartográfica, foi possível gerarmos mapas que nos mostrassem quais áreas possuem mais carência com relação à presença do Estado na forma de educação e infraestrutura básica.

Em seguida foram fornecidos os dados criminais da cidade de Maringá junto ao 4º Batalhão da Polícia Militar de Maringá. Cada espécie de crime cometido foi fornecida por bairros. A partir daí foi possível sobrepor os dados criminais por bairros, sobre a Base Cartográfica fornecida pelo Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá que dividia o município por APOND. Assim, foi possível também criar mapas criminais do município de Maringá de acordo com cada Área de Ponderação.



**Figura 2 - APOND's (Áreas de Ponderação) definidas em Maringá.**

**FONTE: IBGE, 2010.**

<sup>3</sup> Para o georreferenciamento dos dados obtidos, será utilizado a base cartográfica do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá, em que são definidas geograficamente as Áreas de Ponderação (APOND), que segundo Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Rodrigues, Coordenadora no núcleo em Maringá, são “agrupamentos de setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como homogêneos com o intuito de garantir que informações amostrais coletadas sejam bem representativas”. Para maiores detalhes, consultar as Notas Metodológicas do Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, onde são definidos os parâmetros de concepção das APOND's no Brasil. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade\\_fecundidade/notas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/notas.pdf).



De posse desses dois produtos (mapas da condição social e de infraestrutura por APOND; e mapa de espécies criminais por APOND), foi possível analisar se a presença do Estado nas vinte e uma APOND's de Maringá e conseqüentemente analisar quais APOND's possuem maior taxa de crimes, onde hipoteticamente poderíamos fazer uma relação das causas do alto índice de criminalidade ou não.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança no terreno, na construção, ou então na condição jurídica do terreno. Porém esse risco tem um duplo sentido nesse urbanismo de risco, que se traduz segundo Rolnik (2009), não apenas para o morador de áreas excluídas, mais para a cidade como um todo, se mostrando na concentração de qualidade num espaço e impedindo que elas sejam partilhadas por todos, assim os espaços mais bem equipados da cidade sentem-se constantemente ameaçados.

Portanto, segundo Rolnik (2009) a exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco. Existe, segundo a autora, um nexos entre a urbanização de risco e a violência urbana, sendo importante para entendermos a forma como diferentes padrões de desenvolvimento econômico e tendências demográficas contribuem para a geração de urbanização de risco e como as políticas de planejamento por parte do Estado interagem com a mesma.

No estudo elaborado pela autora sobre os índices de exclusão territorial, foi possível avaliar até que ponto as políticas públicas, os instrumentos de planejamento e o controle do uso do solo, atingem seus objetivos em municípios do Estado de São Paulo.

O conceito de “exclusão territorial”, elaborado pela autora, foi concebido no intuito de superar dificuldades de leitura dos índices tradicionais que quando não territorializados, deixam de revelar uma imagem fiel das diferenças de condições urbanas. A autora buscou o termo “exclusão territorial” com a proposta óbvia de relacioná-lo com o conceito de exclusão social, já que esse conceito tem sido progressivamente utilizado em políticas públicas. É a partir desse momento que podemos relacionar os Territórios Excluídos com a questão da Exclusão Social.

A noção de exclusão considera tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais, abrangendo, portanto, não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também a ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e a representação política como expressou Rodgers (1995).

Segundo o estudo de Rolnik (2009) entre as dez cidades com maior valor adicionado per capita no Estado de São Paulo, seis pertencem ao grupo de cidades com mais baixo percentual de domicílios em situação adequada. Segundo a autora, o Estado ao dar condições para que indústrias atraiam trabalhadores, diante da mais absoluta ausência de controles de impactos ambientais, investimento em infraestrutura urbana ou residencial, contribui para a degradação do meio ambiente e a criação de mercados residenciais ilegais de baixa renda. Trata-se de um padrão de desenvolvimento econômico com altos níveis de concentração de renda e fortes desigualdades regionais, produzindo uma máquina voraz de exclusão territorial.

É importante ressaltar neste momento que não estamos falando que a possível causa de violência é somente a questão da renda, pois somente a renda não pode explicar os níveis de violência. Para compreendermos um modelo de desenvolvimento urbano que reproduz continuamente fronteiras de precariedade, através da atuação do Estado, é importante considerar como funcionam os mercados de terras, assim como o impacto do planejamento e a regulação do uso do solo.

Assim, segundo a autora a exclusão territorial tem a ver com a violência urbana. Rolnik (2009) destaca que explicações tradicionais relacionam violência e marginalização a incapacidade de migrantes de origem rural de realizar a transição da tradição para a modernidade. Isto não se aplica, pois a violência aumentou nos anos 80, quando se verificou forte declínio no êxodo rural. Outro argumento liga à violência a pobreza, contudo segundo a autora isso também não se aplica uma vez que a Região Metropolitana de São Paulo é mais violenta entre as regiões, porém segundo a autora não é a região que possuem os menores níveis de renda.

A hipótese da autora é que a ausência do Estado e a falta de políticas públicas adequadas de acesso a toda a população cria territórios excluídos, o que deixa o indivíduo, família e comunidade particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e ao conflito.

Isto se justifica, pois segundo a autora entre os 28 municípios com pior situação de exclusão territorial, 25 possuem os piores indicadores de violência. O oposto também é verdadeiro: dentre os 21 municípios mais bem situados no *rank* de exclusão territorial, 14 são os que apresentam menores níveis de violência. A exclusão territorial produz uma vida diária insegura e arriscada, bloqueia acesso a emprego, a oportunidade educacional e cultural, que estão concentrados em enclaves pequenos e protegidos dentro da cidade, sendo esses territórios constituídos a revelia do Estado, sem qualquer controle.

No caso de Maringá, de acordo com os dados disponibilizados através do Censo Demográfico do IBGE divulgado em 2010, grande parte da infraestrutura adequada instalada no município, localiza-se principalmente na parte central do município, caracterizada pelo alto investimento do setor imobiliário através dos chamados “condomínios verticais fechados”. Os indicadores nos mostram que apesar do número de habitantes ser menor na



parte central do município, existe uma concentração maior de serviços urbanos de qualidade, devido principalmente a população de alta renda que se instalou nesta região da cidade (Figura 3).

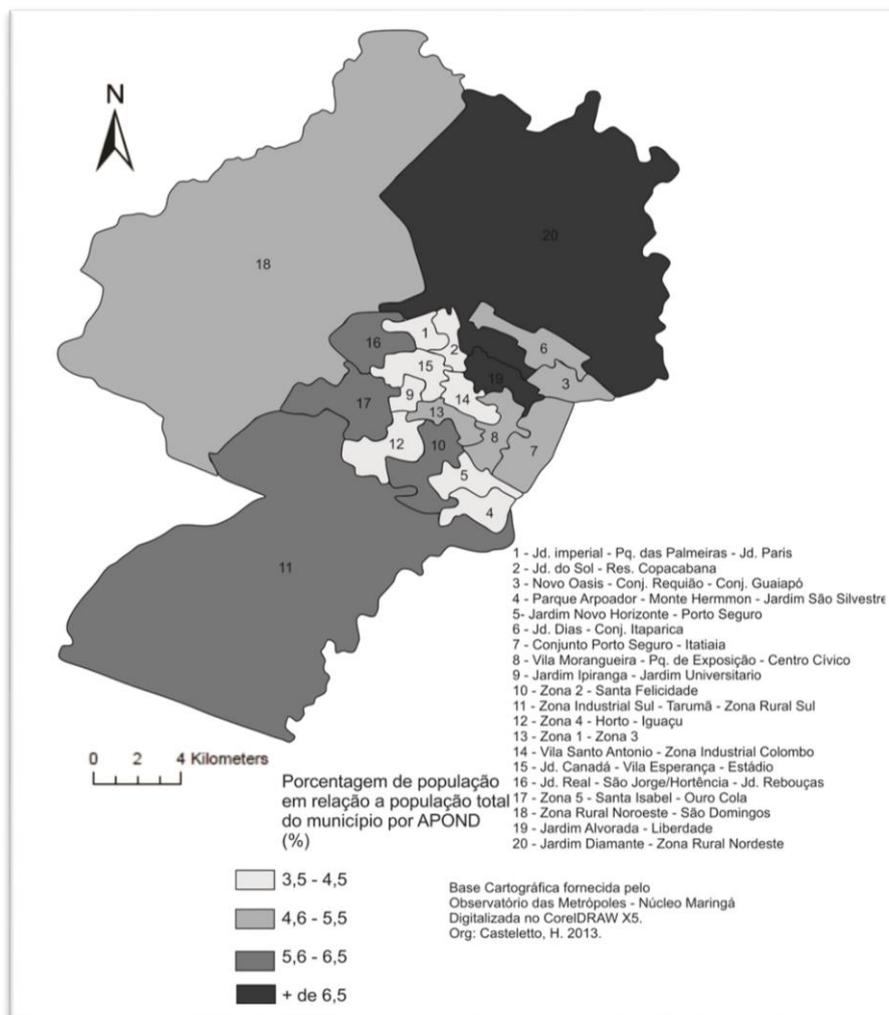
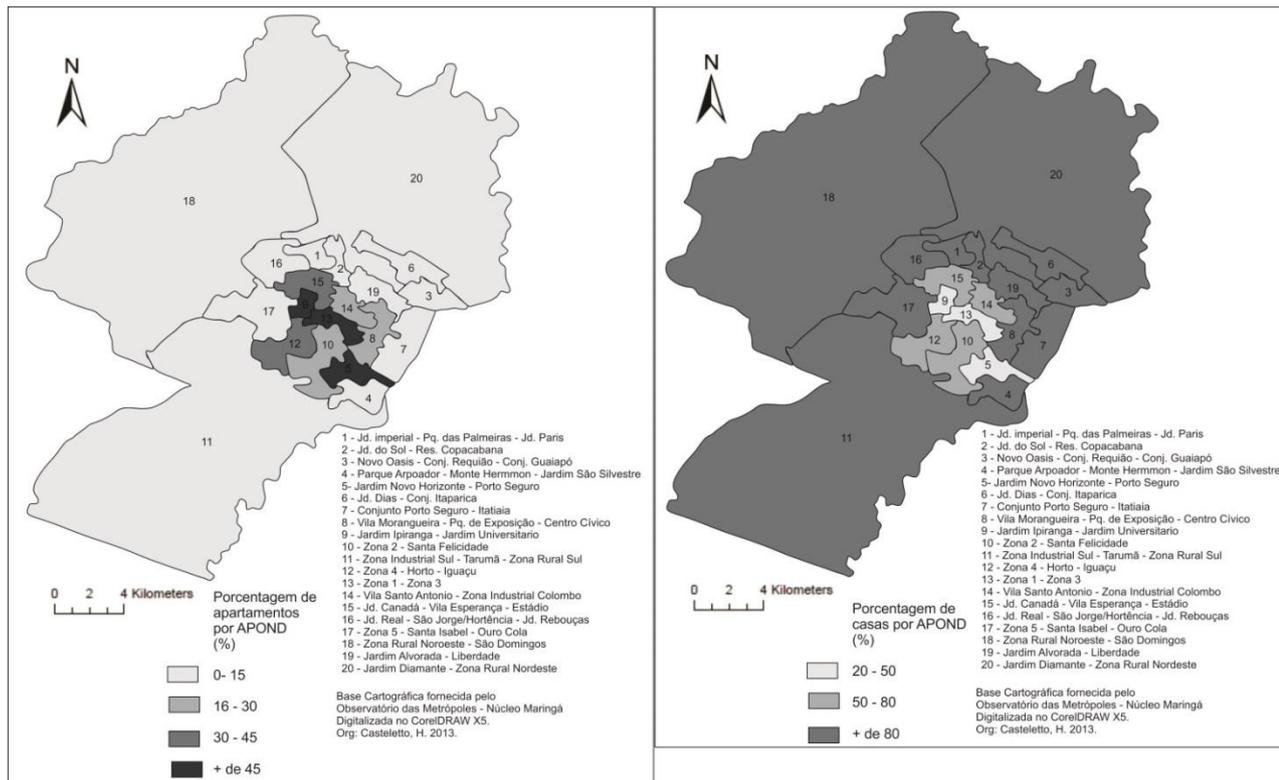


Figura 3 – Porcentagem de Moradores por APOND, em Maringá.

FONTE: IBGE, 2010.

Em relação à verticalização no centro da cidade (característica do investimento imobiliária através do aproveitamento de espaço), isso ficou comprovado a partir do mapeamento da porcentagem de casas e apartamentos, tanto na periferia quanto nas áreas centrais da cidade. De acordo com esses indicadores, foi possível inferir que a área central da cidade possui um maior volume de investimentos por parte do capital corporativo, que faz uso dessas terras para agregar maiores valores aos seus investimentos, principalmente o imobiliário. Ao contrario, vemos na periferia uma maior porcentagem de casas, que nos denota uma menor atenção desses setores hegemônicos nessas áreas (Figura 4).



**Figura 4 - Porcentagem de casas e Porcentagem de apartamentos, por APOND, em Maringá 2010.**

**Fonte:** IBGE, 2010.

Quanto ao nível de renda, é possível observar que as APOND's Jardim Alvorada – Liberdade; Jardim Diamante – Zona Rural Nordeste; possuem menor nível, confirmando a hipótese de que o investimento dos promotores imobiliários nessas áreas de baixa renda é sempre reduzido. São provavelmente áreas de casas com baixo padrão e de pouca visibilidade midiática, e que, segundo Souza (2008), têm papel importante na percepção a respeito do sentimento de medo que determinados segmentos da população têm de determinadas áreas da cidade.

Já no centro, as APOND's Zona 4 – Horto – Iguçu; Zona 2 – Santa Felicidade; Jardim Ipiranga – Jardim Universitário; e principalmente Zona 1 – Zona 3 destacam-se pelo alto rendimento per capita declarado, sendo áreas de provável valor maior de solo, com visibilidade passível do investimento dos promotores imobiliários, de terras, e até do Estado, que nesse caso, segundo Souza (2008), deixa que a atuação desses promotores até mesmo desrespeitem determinadas leis, no sentido de mudá-las, para que determinado empreendimento possa se localizar na área escolhida por quem comanda esse capital imobiliário.

Ainda para Souza (2008), o valor de determinados empreendimentos depende do valor da terra urbana, ou seja, o centro de Maringá possui alto valor de solo urbano o que corrobora a entrada de empreendimentos de luxo e também da parcela da população que possui maior nível de renda, formando territórios com características econômicas elevadas. Já o Estado, para Souza (2008), atua de forma direta na construção de casas populares em territórios onde o solo urbano não é muito valorizado, ou de forma indireta, através de financiamento de construção de casas populares.

Para termos ideia de quanto à renda influencia diretamente na localização da infraestrutura urbana, como Corrêa (1997) ressalta em seu estudo, os indicadores do IBGE de 2010 nos mostra que do total de 116.453 mil domicílios que possuem banheiro de uso exclusivo de moradores, cerca de 88.780 mil ou 76% possuem esgotamento adequado via rede geral de esgoto ou pluvial. Os outros 24% se dividem entre destinação em fossa séptica, fossa rudimentar, vala etc. Temos o destaque para Conjunto Porto Seguro – Itatiaia, onde foi observado o maior número de esgotamento por fossa rudimentar: cerca de 19% do total desse tipo de destinação no município se concentra nessa APOND. Também a Zona Rural Noroeste - São Domingos possui grande número de esgotamento irregular, sendo predominante que mais de 45% não fazem destinação correta dos resíduos, provavelmente devido ao fato de ser uma área rural em boa parcela.

Podemos ver que a atuação do Estado no sentido de criar benfeitorias nessas áreas periféricas acaba esbarrando na “vontade” do capital corporativo, que prefere investimentos nas áreas centrais do município. Segundo Oliveira (2009) e Lencioni (2007), o capital corporativo pressiona o Estado no sentido de qualificar as áreas com infraestrutura adequada. Assim, quando for de interesse dos mesmos atuar na área periférica de Maringá, o Estado terá que reproduzir equipamentos e até mesmo força de trabalho, para que a área tenha valor de uso e troca alto, para o capital imobiliário.



Denota-se que todas as APOND's que se localizam na área central possuem quase 100% de infraestrutura de esgotamento adequado, e que já observamos possuir maior número de moradores com renda per capita alta; ao mesmo tempo, os maiores números de esgotamento “irregular” se concentra na periferia do município de Maringá (Figura 14), áreas caracterizadas pelo alto número de moradores, e pelo baixo nível de renda per capita. Mais uma vez lembramos como é característica a estrutura “centro-periferia” no espaço urbano de Maringá, onde os melhores serviços se encontram no centro da cidade.

Percebemos neste momento que em Maringá a atuação do Estado segue o que Oliveira (2009) já apontava: pressionado, ele deixa que o capital corporativo dos agentes produtores do espaço vinculados à elite faça qualquer tipo de política pública, gerando, segundo o autor, indiretamente, problemas nas relações de trabalho, criando desemprego, precarização da contratação, informalidade, entre outros problemas que a falta de acesso à infraestrutura mínima do Estado pode trazer a parte da população.

Contudo, no geral Maringá não possui grandes discrepâncias entre as áreas centrais e áreas periféricas com relação ao acesso a infraestrutura, quando comparadas com outras cidades, como, por exemplo, Guarujá-SP e Diadema-SP. Muito disso se deve ao que Rodrigues (2004) chamou de “cerca invisível”. Esta “cerca” foi gerada durante os anos de história da cidade de Maringá, que sempre dificultou o acesso à terra das populações de baixa renda. Melhor dizendo, no mercado de terras da cidade, não existe facilidade de acesso para pessoas de baixa renda devido ao valor do preço da terra, que é muito alto comparado aos padrões dos mais necessitados.

Dessa forma, grandes partes das populações mais carentes buscam nas cidades vizinhas, a facilidade de compra dessa terra, pois o mercado de terras tanto na cidade de Sarandi-PR (cidade conurbada com Maringá) quanto na cidade de Paiçandu-PR tem seu custo mais reduzido, o que nos dá a ideia de serem quase que cidades dormitórios.

Assim, vemos que tanto os crimes de Paiçandu-PR como de Sarandi-PR, no geral, são em maiores volumes do que os crimes realizados na cidade de Maringá-PR. Vide as taxas de homicídios das três cidades (Casteletto, 2012)<sup>4</sup>. Tanto Sarandi como Paiçandu, proporcionalmente possuem maiores índices criminais do que a cidade de Maringá, muito devido à falta de presença do Estado, tanto no acesso a infraestrutura, como no acesso a segurança e educação.

Olhemos então as taxas de crimes cometidos em Maringá no ano de 2012 e 2013. É fácil observar que crimes contra pessoa, no geral ocorrem mais em áreas onde a presença do Estado é falha, como é o caso das periferias que sofrem com a falta de segurança. Numa logica inversa, vemos que em sua maioria os crimes contra o patrimônio ocorrem nas áreas centrais, devido ao valor mais alto dos objetos subtraídos pelos criminosos (Figura 4). Por isso, no princípio da análise, foi dito que “de certa forma” a análise de Rolnik se aplica a cidade de Maringá, pois existem diferenças entre centro e periferia no que consiste a tipologia dos crimes.

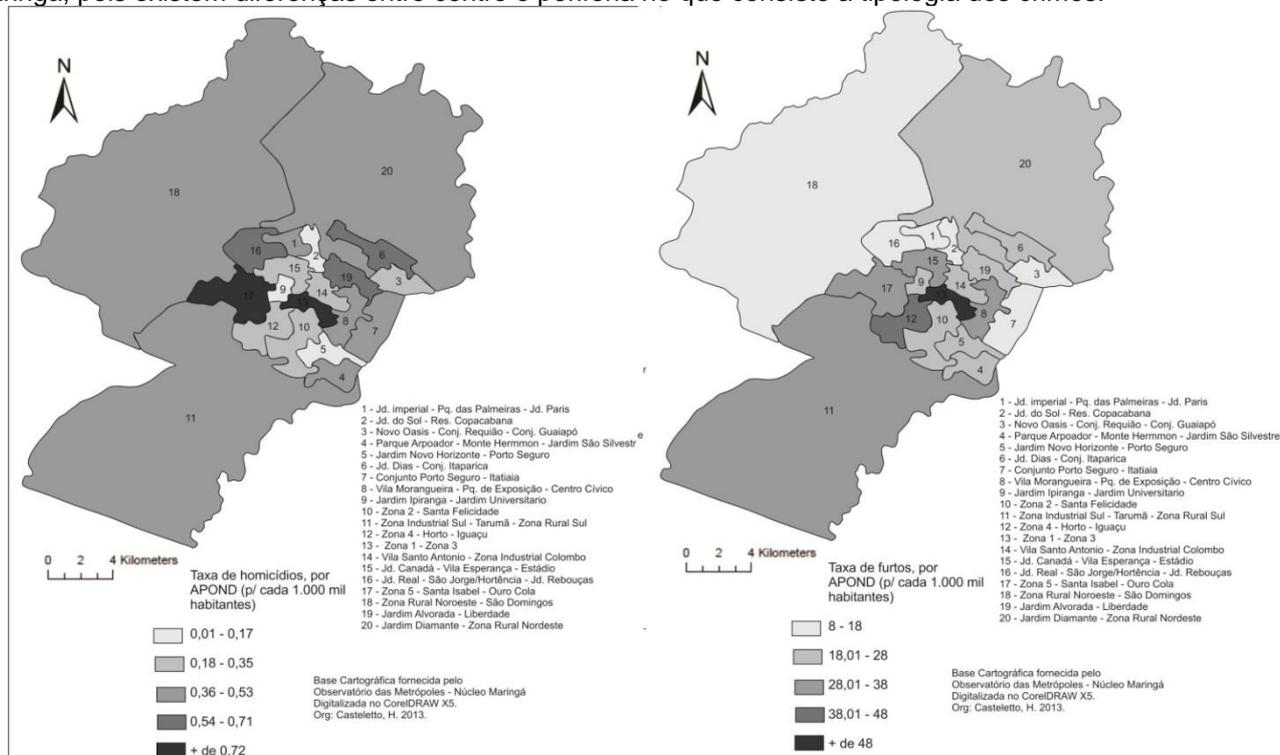


Figura 4 - Taxa de Homicídios e Taxa de Furtos, por APOND, em Maringá.

<sup>4</sup> Artigo publicado na Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 4, n. 1, p. 28-47, 2012 ISSN 2175-862X (online)



Fonte: 4º Batalhão da Polícia Militar.

Portanto, a partir de pesquisas mais minuciosas foi possível identificar que parte da responsabilidade do alavancamento dos índices criminais do Espaço urbano, podem estar relacionados com um dos agentes produtores do espaço (Correa, 1995): O Estado. Porém, as áreas com maiores benfeitorias e maior presença do Estado, em Maringá, são alvo de crimes contra o patrimônio, provavelmente devido ao alto valor dos objetos subtraídos; enquanto as áreas periféricas, que não possuem presença efetiva do Estado, são áreas caracterizados por possuírem maiores índices de crimes contra a pessoa. Contudo, se levarmos em conta que os crimes contra a pessoa, são crimes mais violentos, podemos entender que a falta de acesso ao urbanismo básico, caracterizado pela ausência do Estado, é uma das causas da elevação dos indicadores de violência, porém vale lembrar que essa é apenas uma das causas e não a única causa.

#### 4 CONCLUSÃO

A falta de acesso à infraestrutura de qualidade, como esgotamento, luz, asfalto, etc. como a falta de acesso a direitos básicos como alimentação, moradia e escolaridade, tem relação direta com a criminalidade, pois nos denota a falta de presença do Estado nessas áreas, mostrando assim que o Estado também é um agente produtor da violência. E quando falamos de presença, não estamos apenas nos referindo a falta de acesso a segurança pública por parte desses setores, mais também estamos falando da falta de acesso a todo direito básico do cidadão, previsto na constituição. Portanto, o Estado tem participação direta na produção da violência no espaço urbano, seja da violência de falta de acesso ao básico, seja na violência criminal.

Porém, vale ressaltar que este estudo apresenta apenas um pequeno esboço de um esforço maior que foi realizado pelos autores. Contudo, a teoria acerca do assunto nos parece válida uma vez que nossas vidas são basicamente condicionadas pelo Estado.

#### REFERÊNCIAS

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

CASTELETTO, Hugo Santana. **Evolução dos Homicídios na Região Metropolitana de Maringá**. Geoinf: Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v.4, n. 1, p. 28 – 47, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1997.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Ed. Annablume, [1989], 2006.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: **Revista Espaço & Debates – nova dimensão regional** – nº 38. São Paulo, NERU, 1994.

\_\_\_\_\_. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. In.: **Revista Scripta Nova**, Universidad de Barcelona, Vol. XI, agosto de 2007.

MELARA, Eliane. **A Dinâmica da Violência Criminal no Espaço Urbano de Santa Maria – RS**. 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Estado e planejamento urbano: tendências conservadoras entre o planejamento estratégico e a reforma urbana. In: **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009**, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo: Imprenta Gega, 2009. v. I.

RODGERS, G. What is special about a .social exclusion. approach?. In: RODGERS,G. et al (ed.). **Social exclusion: rhetoric, reality, responses**. Geneve, International Institute for Labour Studies/United Nations Development Programme, 1995.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão Territorial e Violência**. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n14/v13n4a10.pdf>.> Acesso em 01 de novembro de 2009.



SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In.: SANTOS, Milton et al (Org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec: ANPUR, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro, 2008. Editora Bertrand Brasil LTDA.